

ATA



Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, no Salão Nobre do Instituto Margarida de Chaves, pelas dezanove horas, teve início a reunião ordinária da Assembleia Geral do Instituto Margarida de Chaves, em cumprimento da convocatória datada de sete de novembro do corrente ano (anexo I), com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto um – Leitura da Ata da Assembleia Geral anterior;-----

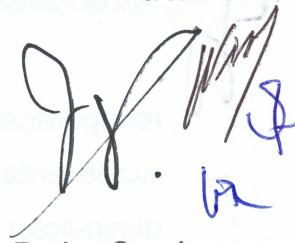
Ponto dois – Tomar conhecimento do parecer do Conselho Fiscal;-----

Ponto três – Apreciação e votação do Orçamento e Programa de Ação para o ano de dois mil e vinte e seis;-----

Ponto quatro – Outros assuntos.-----

Não estando presentes na reunião, às dezoito e trinta horas, mais de metade dos associados (anexo II), o Presidente da Assembleia Geral, Jeremias Pimentel, depois de aguardar nos termos regimentalmente previstos trinta minutos, iniciou a reunião referindo que o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente da Direção, contrariamente ao previsto, não estavam ainda presente em virtude de atraso de voo entre Lisboa e Ponta Delgada, conforme teve ocasião de lhe comunicar, mas referindo estar a Senhora Diretora Geral do Instituto, Sofia Rego, habilitada para os esclarecimentos que se afigurassem pertinentes. Em seguida, foi lido o parecer do Conselho Fiscal (anexo III) relativamente o programa e orçamento do Instituto para 2026, em relação aos quais expressou aprovação. Em cumprimento da ordem de trabalhos, foi posteriormente lida a ata da reunião ordinária da Assembleia Geral anterior, que mereceu a aprovação por maioria dos sócios presentes, tendo o sr. Guilherme Cabral se absterido e referido que, a sua opinião, desde sempre, era não vender património. Acolhendo a proposta apresentada e aprovada também por unanimidade procedeu-se à leitura da ata da reunião extraordinária da Assembleia Geral realizada a quatro de junho de dois mil e vinte e cinco, que teve como ponto único da ordem de trabalhos: «Regularização da documentação para venda do imóvel da Rua Tavares Resendes». Solicitando a palavra, o sócio Guilherme Cabral afirmou não estar de acordo com a venda do referido imóvel, que existiam outras avaliações que apresentavam um valor superior para o imóvel face ao valor pelo qual foi vendido, pedindo que a sua opinião ficasse registada em ata. Colocada à consideração da Assembleia, foi aquela ata aprovada por maioria. Dando cumprimento à ordem de trabalhos, a Senhora Diretora Geral do Instituto,

procedeu, em nome da Direção, à apresentação do Programa de Ação e do Orçamento para o ano de dois mil e vinte e seis (anexo IV), enviado previamente para os sócios através de correio eletrónico, conforme havia sido proposto em Assembleia Geral anterior. Referiu a Senhora Diretora Geral que o Programa, elaborado pela Direção, teve em consideração os princípios estatutários que norteiam o Instituto Margarida de Chaves. O programa integra as atividades a desenvolver ao nível das diferentes valências, concretamente Albergue Noturno, Cozinha Económica Micaelense, Lavandaria Lima Fernandes, incluindo ainda a realização de comemorações, como o Dia da Benemérita Margarida Chaves, a realização de atividades recreativas, passeios com utentes e realização de formação para os colaboradores da instituição. Foi salientado pela Senhora Diretora Geral a importância das respostas sociais que as diferentes valências do Instituto Margarida de Chaves dão a outras instituições da nossa sociedade e da articulação existente com o ISSA; a esse propósito, referiu, também, o esforço que tem sido feito pela Direção junto do ISSA no sentido de alargar o número de vagas protocoladas com o Centro de Acolhimento Temporário, atualmente em número de 20, embora, na realidade o Instituto acolha efetivamente um número superior de utentes relativamente ao protocolado. Referindo-se à valência Cozinha Económica Micaelense, esclareceu que, além de cooperar pontualmente com outras entidades/instituições no fornecimento de refeições a cidadãos carenciados e/ou desprotegidos, são, também, ocasionalmente disponibilizadas algumas refeições para consumirem em casa. Foi também salientado que o Instituto tem vindo a beneficiar, ao nível da valência de Cozinha, de donativos particulares e de diferentes entidades, em géneros alimentares, contribuindo para uma diminuição nos seus custos. No âmbito da valência Lavandaria Lima Fernandes, foi referida a intenção da Instituição continuar a colaborar com outras instituições na disponibilização de vestuário que exceda as necessidades dos utentes do Instituto. Abordando as atividades a realizar, ao nível de passeio com utentes, a Senhora Diretora Geral aludiu ao facto de a Instituição, apesar não ser um Lar, mas albergue, integrar um número cada vez maior de utentes em situação de dependência, não dispondo o Instituto Margarida de Chaves de qualquer viatura adaptada que possibilite dar resposta adequada aos seus utentes naquela condição. Usando da palavra, o sócio Eduardo Medeiros questionou a Senhora Diretora Geral no sentido de perceber que formação tem vindo a ser promovida pelo Instituto junto dos seus colaboradores, tendo os membros da Assembleia sido esclarecidos que foi promovida formação em diferentes áreas, nomeadamente no âmbito de Primeiros Socorros, Higiene e Segurança no Trabalho e em Comunicação e Assertividade. Na sequência daquele esclarecimento, o sócio Eduardo Medeiros interveio, novamente, sugerindo à Direção que promova formação no âmbito de cuidadores, considerando uma área essencial para a Instituição. Em seguida, o Presidente da Mesa



cedeu a palavra ao técnico de contas que presta serviço ao Instituto, Dr. Pedro Saraiva, e que, em articulação com a Direção elaborou a proposta de orçamento para o ano de dois mil e vinte e seis. O Contabilista Certificado enfatizou que tem vindo a ser desenvolvido um esforço no sentido de melhorar a informação de natureza contabilística a submeter à Assembleia Geral do Instituto, visando possibilitar a sua melhor apreciação pelos sócios. Neste sentido, esclareceu que a proposta de orçamento para dois mil e vinte e seis foi elaborada tendo por base os dados contabilísticos do executado à data de trinta de setembro do corrente ano, melhorando, assim, a informação e tornando-a mais realista. Salientou, ainda, o esforço empreendido pela Direção no sentido de reduzir os custos ao nível das diferentes valências e da Instituição no seu todo, em geral, verificando-se uma previsão de saldo de gerência positivo para o presente ano, assim como para o ano de dois mil e vinte e seis. Referiu-se, ainda, a uma diminuição de custos ao nível da valência de Cozinha, em resultado dos donativos em géneros alimentares que têm vindo a ser recebidos. Esclareceu, ainda, que no ano de dois mil e vinte e cinco verificou-se um aumento de receitas da Instituição em virtude das diligências da Direção no sentido de promover a recuperação de rendas de imóveis, cujo pagamento esteve condicionado no decurso da pandemia provocada pelo COVID, e o aumento dos apoios do ISSA, no âmbito dos acordos estabelecidos, possibilitando estes fatores a previsão de encerramento do ano de 2025 com saldo positivo. Em seguida, o sócio Guilherme Cabral questionou o motivo pelo qual o orçamento para dois mil e vinte e seis continha uma referência a despesas relacionadas com comissões imobiliárias não estando, no entanto, previstas quaisquer alienações de património no próximo ano. Tomando a palavra, a Senhora Diretora Geral explicou que aquela despesa insere-se no âmbito da venda do chão da casa da Canada do Ferreiro, que será efetuado através de agência imobiliária que, possuindo solicitador ao seu serviço, procederá a tramitação legal da venda do imóvel por vinte mil euros, já autorizada em Assembleia Geral, estando a despesa inscrita no orçamento relacionada com a eventual comissão imobiliária que venha a ser cobrada pela respetiva agência. Usando novamente da palavra, o sócio Guilherme Cabral, questionou o motivo pelo qual o orçamento de 2025 previa uma verba de quinze mil euros para reparação e conservação de edifícios e o orçamento de dois mil e vinte e seis, apenas, um valor de dez mil euros. Em resposta àquele sócio, a Senhora Diretora Geral esclareceu que no decurso do ano de dois mil e vinte e cinco foram gastos apenas cerca de sete mil euros em pequenas reparações, expressando a expectativa de que a Câmara Municipal de Ponta Delgada apoie, conforme já solicitado, a

recuperação da cobertura do edifício sede do Instituto, que é pertença da autarquia. Acrescentando ao esclarecimento já prestado, o técnico oficial de contas referiu que a diminuição do valor previsto no orçamento de dois mil e vinte e seis para reparações, também, está relacionado com o fim das obras realizadas nos imóveis do Instituto e que estão agora arrendadas e gerar rendimento para o Instituto Margarida de Chaves. O sócio Guilherme Cabral questionou, ainda, a razão pela qual na rubrica Gastos e Perdas do orçamento para dois mil e vinte seis verificar-se uma diminuição do valor inscrito, para apenas duzentos euros. O Técnico Oficial de Contas, esclareceu que até trinta de setembro de dois mil e vinte e cinco não se registaram despesas no âmbito daquela rubrica, o valor inscrito no orçamento de dois mil e vinte e seis teve intuito apenas de salvaguardar, a título de precaução, eventuais despesas que possam ocorrer naquele âmbito. Tendo, entretanto, chegado à reunião os Senhores Vice-Presidente e Presidente da Direção, pedindo este a palavra, esclareceu o sócio Guilherme Cabral que a diminuição da valor previsto para «outros serviços» relaciona-se, também, com a diminuição que se tem vindo a verificar com encargos bancários inerentes às contas do Instituto, em resultado das consultas de mercado efetuadas pela Direção sobre as condições comerciais oferecidas. O sócio Guilherme Cabral questionou, ainda, a Direção sobre a eventual restituição de impostos à Instituição, tendo sido esclarecido pelo Técnico Oficial de Contas que se verificou o deferimento do pedido de restituição do IVA relativamente aos bens alimentares e que, relativamente ao IMI, houve deferimento no que se refere a alguns imóveis do Instituto, continuando a aguardar-se, em relação aos restantes imóveis do Instituto despacho da Autoridade Tributária. Solicitando a palavra, o sócio Eduardo Medeiros questionou a Direção sobre eventuais diligências tomadas quanto à realização de obras de beneficiação do edifício sede do Instituto, considerando a existência de depósitos a prazo e à ordem em nome da Instituição que asseguram essa possibilidade. Tomando a palavra, o Presidente da Direção esclareceu e lembrou que o edifício em causa é património da Câmara Municipal de Ponta Delgada, referindo que o presidente da autarquia em reunião com a Direção do Instituição, informado sobre a situação do edifício e em particular sobre a premente necessidade de intervenção na sua cobertura, solicitou que o Instituto apresentasse um orçamento relativo à previsão de custo das obras em questão; tendo o mesmo sido elaborado, representando um custo de cerca de quinhentos e sessenta mil euros, e remetido à autarquia. Continuando a Direção a aguardar resposta da Câmara Municipal de Ponta Delgada, não obstante os sucessivos contatos estabelecidos com a autarquia por parte da Direção. Em face do esclarecimento prestado à questão que havia colocado, o sócio Eduardo Medeiros afirmou que seria necessário continuar a empreender uma luta para responsabilizar a autarquia e a Assembleia Municipal de Ponta Delgada, dando conhecimento ao ISSA sobre os eventuais

J *M*

riscos estruturais que afetam o edifício sede do Instituto. Terminada a apresentação e discussão das propostas de Orçamento e Plano de Ação para o ano de dois mil e vinte e seis, foram os mesmos submetidos a votação, tendo sido aprovados por unanimidade. Questionando o Senhor Presidente da Assembleia Geral se, tendo em consideração o ponto quatro da ordem de trabalhos, haveria qualquer outro assunto a apresentar e verificando não existir e não havendo mais nada a tratar, deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada nos termos da lei.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

J. de Miasfi montez

O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Geral:

João Vitor Pinheiro P.

O Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Geral:

Dr. Paulo Henrique